



EDUCAÇÃO SEXUAL DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA: UM DESAFIO PARA OS/AS PROFESSORES/AS

Gisele Alves Montagnoli da Fonseca¹

Márcio de Oliveira²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo principal discutir a relação entre Educação Sexual de alunos/as com deficiência. Sabemos que a Educação Sexual ainda é muito complexa e que a falta de formação dos/as professores/as acaba impedindo que a mesma adentre os espaços escolares. Se pensarmos em Educação Sexual no âmbito da escola regular, já não é algo fácil, o que dizer, então, a respeito da Educação Sexual de alunos e alunas com deficiência? A educação inclusiva é um campo de estudos crescente a cada dia e que se comparado ao passado, quando os/as deficientes eram segregados, já avançou muito, porém, no que se refere à sexualidade ainda se há muito a fazer. Os/As deficientes não são assexuados, ao contrário, possuem vontades e desejos como todas as pessoas, portanto, também precisam de orientação sexual. Desenvolver a Educação Sexual com alunos/as que possuem alguma deficiência dentro da escola é assegurar que o direito à educação inclusiva está sendo respeitado.

Palavras-chave: Educação Sexual; Educação Inclusiva; Formação de Professores/as.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é tema de muitos estudos, porém, ainda faltam evidências que possam favorecer o sucesso do processo de escolarização de alunos e alunas com necessidades educativas especiais.

É importante ressaltar que proposta da Educação Inclusiva não corresponde apenas às pessoas com deficiências, mas sim todos/as aqueles/as que, de alguma forma, deixam de ser integrados pelo processo educacional, seja por sua cultura, etnia, religião ou qualquer outro fator que gere alguma discrepância ao tido como “normal” ou “padrão”. Nesse sentido, Mantoan (1998, *apud* Zulian e Freitas, 2001), afirma que

¹ Graduada em Pedagogia (2012) pela Universidade Estadual de Maringá. Mestranda em Educação pela mesma instituição.

² Graduado em Pedagogia (2010) pela Universidade Estadual de Maringá. Mestrando em Educação também pela mesma universidade. Atualmente atua como tutor da Educação a Distância (EAD) pela UEM – Universidade Estadual de Maringá.



sem dúvida, a inclusão concilia-se com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias; enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

Quando pensamos no verdadeiro sentido da educação, o de conduzir o sujeito ao descobrimento de si e do mundo, percebemos que a Educação Inclusiva não é tão complexa, e muito menos a Educação Sexual. O fragmento acima deixa claro que a formação dos/as profissionais da educação é o fator principal para que a educação da pessoa com deficiência se efetive.

No que se refere à Educação Sexual, o educador deve assumir uma postura ética, que favoreça o êxito do trabalho proposto. Segundo Maia e Ribeiro (2009, p. 46) “o educador deve ter discernimento para não transmitir valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas”. Assim, entendemos que o/a educador/a deve se banir de preconceitos, discriminações e ideias sem cientificidade antes de iniciar um trabalho de Educação Sexual, seja com pessoas com ou sem necessidade educativa especial.

Quando o/a professor/a possui esta evidência, este discernimento, suas ações levarão ao ensino com qualidade, planejado. Para compreender a importância da Educação Sexual para os/as alunos/as com algum tipo de deficiência passaremos agora a discorrer sobre a Educação Sexual, a fim de compreender as contribuições possíveis para o sucesso no trabalho desenvolvido na modalidade da Educação Inclusiva.



EDUCAÇÃO SEXUAL: INÍCIO DE CONVERSA

Hoje se fala na implantação de projetos e programas que abordem e discutam de forma emancipatória acerca de gênero, diversidade sexual e sexualidade, uma vez que são temas imprescindíveis para o currículo, visto que permeiam o cenário social e, nas instituições formais, foi/é tratado, muitas vezes, de forma equivocada, quando tratados. Maio (2011, p. 182) afirma que uma proposta de educação sexual “adequada, consciente e emancipadora poderia contribuir para o objetivo de tornar toda a comunidade educativa apta a discutir assuntos importantes para o discernimento, na área da sexualidade”. Gostamos da ideia de enfatizar “toda a comunidade educativa”, pelo fato de entendermos que professores/as, diretores/as, pedagogos/as, zeladores/as etc. estarão em contato com os/as alunos/as que se encontram no contexto escolar, lidando com as muitas práticas que ocorrem nesse meio.

Discutir Educação Sexual relacionado à educação inclusiva não é uma tarefa fácil. Ambas são frutos de conquistas que vem ocorrendo ao longo da história. Com base no Capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (LDB 9394/96, Cap. V, Art. 58). A LDB é o documento norteador dos princípios educacionais nacionais. Este documento, em seu 58º artigo define o que é um/uma aluno/a especial, aluno/a que possui necessidades que podem ser físicas ou intelectuais e por esse motivo necessita de cuidados especiais.

De acordo com a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008, p. 05), podemos observar que

a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia [sic] de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.



Pensar em Educação Sexual no Brasil ainda não é uma tarefa fácil, isso pode ser justificado pela falta de formação dos/as professores/as no que se refere ao referido tema. De acordo com a professora doutora Eliane Rose Maio Braga, pesquisadora deste assunto, a falta de preparo dos/as profissionais da educação contribui para que a sexualidade não seja discutida na escola. Para Braga (2009, p. 03),

as manifestações sexuais que aparecem na escola demonstram, a cada momento, as dificuldades que as instituições educativas apresentam quando tratam da temática da sexualidade em seu cotidiano. Uma proposta de educação sexual adequada, consciente e emancipadora poderia contribuir para o objetivo de tornar toda a comunidade educativa apta a discutir assuntos importantes para o discernimento, na área da sexualidade.

Podemos observar que a discussão da sexualidade no espaço escolar é uma necessidade. Nesse sentido, algumas atitudes têm sido tomadas para que a escola não fuja a tarefa de explorar a sexualidade na sala de aula. Para a professora Eliane Maio não existe problema em, por exemplo, chamar os órgãos sexuais pelos seus respectivos nomes científicos – vulva para a “perereca” e pênis para o “pinto” – assim como ocorre com as demais partes do corpo (olhos, boca, nariz, pernas, braços etc).

Silva e Neto (2006, p. 186) apontam que “[...] a Educação Sexual de crianças e de jovens sempre existiu, mas se fez mais pela omissão e repressão do que por intermédio de uma educação dialogal, humanista e libertária”. Logo, percebemos que a habilidade em discutir temas relacionados à sexualidade, diversidade sexual e gênero ainda não estão presentes em quase todas as escolas.



EDUCAÇÃO SEXUAL DOS/AS ALUNOS/AS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sabemos que a Educação Sexual é um tema delicado, que muitas vezes é deixado de lado. E quanto aos/às alunos/as da Educação Especial, será que estes/as recebem algum tipo de Educação Sexual?

Segundo Ana Cláudia Bortolozzi Maia (2009), que é licenciada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR e doutora em Educação pela UNESP, campus de Marília, os/as alunos/as que possuem alguma deficiência na maioria das vezes não recebem nenhuma Educação Sexual, ou orientação sexual, como ela prefere chamar. Para Maia e Ribeiro (2009, p. 09),

a sexualidade é inerente a todos nós e a maneira como a compreendemos é construída historicamente a partir de nossa educação sexual e da influência da cultura e da sociedade; portanto, é preciso compreender nossa história considerando as questões do desenvolvimento humano e as questões sócio-culturais, pois os valores, as práticas e as concepções acerca de sexo e sexualidade são diferentes de época para época e de povo para povo.

As pessoas com deficiência possuem as mesmas necessidades que as pessoas ditas como “normais”. O que ocorre é que de acordo com o grau de deficiência pode haver algum comprometimento, o que não significa que um/uma deficiente é assexuado/a. Ainda nas palavras de Maia e Ribeiro (*ibid*, p. 09),

no caso específico da Educação Especial, conhecer o desenvolvimento da sexualidade humana é importante para qualquer educador que pretenda planejar ações pedagógicas que auxiliem as pessoas com deficiência a expressar e desenvolver sua sexualidade.

Entender a importância deste assunto para o espaço escolar é fundamental para os professores e as professoras, que precisam compreender que a escola não pode fechar-se para determinados assuntos, como a



sexualidade. O primeiro passo é perceber que existe diferença entre sexualidade e sexo. De acordo com Maia e Ribeiro (2009, *apud* RIBEIRO, 2005, p. 18),

a sexualidade, no nosso entender, é um conjunto de fatos, sentimentos e percepções vinculados ao sexo ou à vida sexual. É um conceito amplo que envolve a manifestação do impulso sexual e o que dela é decorrente: o desejo, a busca de um objeto sexual, a representação do desejo, a influência da cultura, da sociedade e da família, a moral, os valores, a religião, a sublimação, a repressão [...]

A autora e o autor evidenciam que o conceito de sexualidade refere-se ao conjunto das ações vinculadas ao sexo, ou seja, a tudo aquilo que está relacionado ao sexo. O conceito de sexo é mais direto. Para Maia e Ribeiro (2009, *apud* RIBEIRO, 2005, p. 18),

o sexo é um conjunto de práticas, atitudes e comportamentos vinculados ao ato sexual, resultante das concepções existentes sobre este ato sexual. O conceito de sexualidade só foi criado no século XIX, e está voltado para o saber. A sexualidade refere-se a um saber sexual que é decorrente da incitação à manifestação sexual verbal e escrita que foi acentuada no século XIX, enquanto o sexo está voltado para o fazer – as práticas e atitudes sexuais no cotidiano do indivíduo e dos grupos. Tanto a significação da sexualidade quanto a prática do sexo são construídos culturalmente.

Com base nos trechos apresentados podemos entender que o termo sexualidade está vinculado ao saber, ao passo que o conceito de sexo relaciona-se ao fazer. Essas distinções conceituais são importantes para que o/a professor/a tenha conhecimento daquilo com o qual está trabalhando. Visto que ter conhecimento é fundamental para quem educa.

Se tratando de alunos/as com necessidades educativas especiais, alunos/as deficientes, o/a professor/a precisa saber como planejar sua ação pedagógica de modo a alcançar sucesso em suas aulas. Quando o assunto é Educação Sexual, a utilização de materiais adequados é fundamental, isso porque os/as alunos/as poderão compreender com maior evidência aquilo que estudam.



É comum que profissionais da educação, que lidam com alunos/as com e sem deficiência, troquem, ou melhor, deem nomes fictícios aos órgãos genitais, o que não é correto, é necessário planejar e trabalhar com os nomes científicos. De acordo com Maia e Ribeiro (2009, p. 49),

[...] é essencial que o aluno participe ativamente das atividades propostas, observando, argumentando, analisando, levantando hipóteses, tirando suas conclusões. E o professor precisa conhecer bem o conteúdo [...].

Deve, portanto, perceber que faz parte de seu trabalho como educador, orientar sobre sexualidade todos os seus alunos e suas alunas, de modo correto e ético, a partir de propostas pedagógicas e planejadas.

Nesse sentido, o/a professor/a assume um papel fundamental, o de orientar seus alunos e suas alunas em assuntos que vão aparecendo à medida que estes/estas vão se desenvolvendo. Para tanto, precisa firmar uma relação de confiança com os/as mesmos/as, sem estabelecer nenhum tipo de juízo de valores ou críticas, compreendendo e respeitando as diferentes formas de expressão da sexualidade. O/A professor/a precisa ainda entender que as crianças e os/as jovens buscam o prazer e as respostas às curiosidades, dúvidas e anseios que a sexualidade gera.

De acordo com Braga (2002), diversos objetivos poderiam ser destacados para que a Educação Sexual possa ser entendida como saudável e necessária, devendo ser aceita com seriedade por parte dos/as professores/as e destinada a alunos e alunas com e sem deficiência, entre os quais podemos destacar:

1. Proporcionar à criança e ao jovem conhecimentos adequados à idade e maturidade pessoal, esclarecendo dúvidas, medos e conceitos errôneos, além de desenvolver atitudes sadias.
2. Viabilizar a igualdade social: homens e mulheres são cidadãos com mesmos direitos e deveres. Não impedir a realização social e profissional de indivíduos de sexo opostos ao seu...
3. Possibilitar a aquisição de conhecimentos que auxiliam no uso correto do vocabulário que nomeia as partes do corpo referentes à sexualidade em geral.



4. Ajudar a superar crendices, superstições e preconceitos que geralmente envolvem os comportamentos humanos frente à sexualidade.
5. Despertar o senso crítico diante da cultura e do consumo erotizados divulgados pelos meios de comunicação social.
6. Conhecer os aspectos da evolução sexual pelos quais passamos, para entender melhor o que ocorre em cada fase da vida.
7. Substituir a moral sexual tradicional, cheia de culpas, medo, vergonha e ignorância, por uma nova moral sexual, baseada no conhecimento, na opção livre e consciente e na responsabilidade.
8. Abrir perspectivas para mudar o comportamento, despertar o senso crítico e não perpetuar valores indesejáveis ou míticos. (BRAGA *apud* CRUZ, 1996, p.25).

Os pontos apresentados podem contribuir para uma sociedade mais crítica e consciente. Podem colaborar para que os/as alunos/as que possuem algum tipo de deficiência passem a ter uma vida com mais qualidade, mais significativa. Não basta garantir uma escola inclusiva, que atenda às necessidades educativas próprias de cada um/uma, se esta instituição continua a perpetuar a segregação sexual, mantendo ocultas as vontades de cada um/a em descobrir-se.

Quando nos referimos a esta segregação sexual não falamos apenas de alunos/as deficientes, mas também daqueles/as que não possuem nenhuma deficiência ou síndrome, mas que igualmente não recebem orientação sexual na escola, talvez porque seus/suas professores/as ainda não conseguiram vencer os tabus e os preconceitos impostos para com este tema.

No artigo intitulado “A questão da educação sexual escolar dos alunos da educação especial (DM), se conhecendo para compreender suas emoções e interagir com o outro”, as autoras Teixeira e Braga (2008), observaram que as pessoas com deficiências foram excluídas do processo histórico. Para chegarem a esta conclusão as autoras objetivaram estudar a orientação sexual escolar dos/as alunos/as com necessidades educativas especiais, em especial aqueles/as com deficiência mental, visando à inclusão escolar desses sujeitos. Para tanto, investigaram os conteúdos pedagógicos que devem fazer parte do projeto de orientação sexual escolar dos/as professores/as e pedagogos/as e assim contribuam para o desenvolvimento de comportamentos sexuais



adequados, saudáveis e à socialização dos/as alunos/as da educação especial. De acordo com Teixeira e Braga (2008, p. 03):

Ao debatermos sobre a inclusão educacional não podemos deixar de questionar, quanto ao conceito de sujeito que queremos para os alunos com necessidades educacionais, já que se trata da diversidade humana, que de acordo com os estudos realizados, verificamos que em alguns momentos da história os alunos com necessidades educacionais especiais estavam inseridos no processo de escolarização, em espaços de segregação ou de exclusão, dependendo das relações sociais de cada época: nos asilos e em escolas especiais impedidos de se desenvolverem em um processo de aprendizagem participativo.

O estudo mostrou que é fundamental que haja uma proposta pedagógica adequada, com currículo flexível, que contemple as necessidades dos/as educandos/as, de modo a tornar o processo educativo mais significativo. Outro elemento destacado no artigo foi a importância dos/as professores/as terem proximidade e conhecerem assuntos ligados à sexualidade, com os quais trabalharão. Caso esta proximidade e este conhecimento não existam, o aprendizado será comprometido. O trabalho em questão corresponde à apresentação dos estudos realizados no PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional, que mostrou o quanto a formação de professores/as é essencial. Neste caso específico, foram apresentados os apontamentos relacionados à Educação Inclusiva e a Educação Sexual.

A Educação Sexual da pessoa com deficiência continua em déficit, carente de estudos e de profissionais que assumam o papel de orientador/a. Nas palavras de Maia e Ribeiro (2009, p. 46),

a orientação sexual não deve e não pode ter como objetivo a transmissão de verdades ou valores morais, tampouco reduzir-se à transmissão de informações, mas é preciso que o educador tenha bem clara a importância de que seu aluno amplie a visão de mundo que tem e descubra por si como conquistar um caminho e um espaço na sociedade que o leve a ter uma vida sexual mais plena possível, transpondo as barreiras da desigualdade sexual, do preconceito, dos tabus, do medo e da intolerância.



Ao analisar o trecho acima entendemos que propiciar aos/às alunos/as esta ampliação da visão e a abertura de novos horizontes que foram apresentados deveria ser o objetivo de todo/a educador/a, de modo a possibilitar aos/às seus/suas alunos/as sem barreiras de preconceitos ou intolerância, o que consiste em garantir uma vida mais saudável e justa. Quando pensamos nesse tipo de educação, pensamos em uma educação íntegra, uma educação global.

Não se pode cobrar de uma pessoa determinados hábitos que não lhes foram ensinados, deste modo a pessoa com deficiência não possui alguns comportamentos que foram ensinados às pessoas sem necessidades especiais. Desta maneira, estas pessoas muitas vezes não sabem como se comportar, pois nunca receberam nenhum tipo de orientação sexual. Segundo Maia e Ribeiro (2009, p. 26 e 27),

é que faltam estratégias educacionais que ensinem o portador de deficiência a discriminar os comportamentos socialmente aceitos. Muitos comportamentos e expressões da sexualidade, comuns em crianças e jovens, como a masturbação, os jogos sexuais, o “ficar” com, namorar, perguntar e comentar sobre sexualidade, etc, são interpretados por educadores e pais como aberrações quando aparecem em pessoas com deficiência intelectual, porque muitas vezes, essas expressões são públicas, inadequadas e até mesmo incompatíveis com o corpo físico adulto.

Para o autor e a autora, é comum que familiares e educadores/as se assustem ao presenciar ações de pessoas deficientes relacionadas à sexualidade. Isso ocorre porque ainda hoje grande parte da sociedade não possui conhecimento de que pessoas com algum tipo de deficiência possuem uma vida sexual “normal”, como qualquer pessoa. O que pode haver em alguns casos é um comprometimento de algum dos sentidos, o que não impede que estas pessoas sintam desejos. Orientar sexualmente alguém com deficiência é tão necessário quanto orientar aquele que não possui deficiência alguma.

A Educação Sexual precisa quebrar os tabus e preconceitos e adentrar no espaço escolar e para isso é preciso que os/as professores/as tomem consciência de sua importância enquanto ator/atriz desse processo. O/A



professor/a precisa buscar formação específica, a fim de possibilitar que seus/suas alunos/as lidem com assuntos relacionados em sala de aula assim como lidam com qualquer outro assunto ou conteúdo. A partir do momento que estas questões começarem a ser postas em prática, acreditamos que a história começará a mudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer como a Educação Inclusiva foi ocupando espaço ao longo da história é o primeiro ato para que o processo educacional possa ser compreendido. As pessoas com deficiência no passado não eram aceitas pela sociedade, quando sobreviviam eram escondidas. Muito foi e continua sendo feito para que os preconceitos cometidos no passado não voltem a ser realizados.

No que se refere à Educação Sexual, o processo não é muito diferente. Sexualidade e sexo geralmente são confundidos, e a ideia de servir apenas para a perpetuação da espécie continua existindo e com bastante força. O sexo é uma necessidade humana e animal e precisa ser respeitada.

A orientação sexual nas escolas é importante, pois entre outros fatores podem auxiliar para que o conhecimento ajude a prevenir doenças, tais como a AIDS ou ainda a evitar a gravidez precoce, bem como pode fazer com que o sujeito viva a sua sexualidade sem culpa, sem receio, de maneira saudável e prazerosa. No caso de alunos/as com deficiência a necessidade também é válida. A pessoa com deficiência possui vontades e desejos como as pessoas que são consideradas “normais”. Não existe pessoa assexuada, ou seja, que não possui sexo, que possui vontades e desejos, e esta compreensão faz-se necessária nos/as professores/as.

Cabe aos/às profissionais da educação planejar atividades pedagógicas, com materiais adequados, a fim de garantir que seus/suas alunos/as assimilem os conhecimentos que não ficarão somente no campo das ideias, mas também no campo das ações. Ações estas desenvolvidas inclusive quando tocarem seu corpo, quando perceberem a mudança do mesmo.



O objetivo da Educação Sexual não é a transmissão de valores, é algo amplo, trata-se um processo global, não intencional, que sempre existiu, de maneira consciente ou não, com objetivos evidentes ou não e que assume características variadas, que variam de acordo com a época e as culturas (WEREBE, 1998, p. 139). Entendemos que a sexualidade faz parte da nossa vida, portanto não pode e não deve ser extinta da nossa vida, ao contrário, deve ser valorizada. No caso das pessoas com deficiência é preciso que a Educação Sexual seja assumida como uma tarefa séria por parte dos/as professores/as, que devem planejar estratégias adequadas para suas aulas, de modo a possibilitar que seus/suas alunos/as compreendam como seu corpo muda, porque e como isso acontece, enfim, como essa sexualidade se manifesta na vida.

Sabemos que essa não é uma tarefa fácil, pois ao mesmo tempo é preciso respeitar os valores de cada um/uma, advindos de seus familiares e da sociedade, e ao mesmo tempo é preciso incentivar os questionamentos e reflexões, com o objetivo de que os preconceitos sejam quebrados. A partir do momento em que tais preconceitos e tabus forem destruídos o desenvolvimento afetivo-sexual das pessoas poderá levar a uma vida sexual plena e prazerosa, o que necessita conhecimento. Daí a importância da escola enquanto instituição responsável pela mediação do conhecimento, com alunos e alunas com ou sem deficiência.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Eliane Rose Maio. Educação sexual e escola. In: **Informativo UEM**. Ano IV, nº 853, 11 de fevereiro de 2009. Disponível em: http://www.informativo.uem.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=2287:educa-sexual-e-escola&catid=120:informativo-853&Itemid=40. Acesso em 12/03/2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Orientação sexual e síndrome de down: esclarecimentos para educadores**. Bauru: Joarte Gráfica e Editora, Unesp – F.C., 2009.

MAIO, Eliane Rose. **O nome da coisa**. Maringá: UNICORPORE, 2011.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; NETO, Jorge Megid. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência e Educação**, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.

TEIXEIRA, Liliane do Rêgo; BRAGA, Eliane Rose Maio. **A questão da educação sexual escolar dos alunos da educação especial (DM) - se conhecendo para compreender suas emoções e interagir com o outro**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2304-8.pdf>. Acesso em: 13/03/2013.

ZULIAN, Margaret Simone; FREITAS, Soraia Napoleão. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Cadernos de Educação Especial**. Universidade Federal de Santa Maria. LAPEDOC. v. 2, n. 18, 2001. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2001/02/r5.htm>. Acesso em: 14/03/2013

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, política e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.